

A industrialização do Brasil assumiu, objetivamente, a forma de um esforço de substituição de importações. Embora seu plano preestabelecido, como um movimento do qual só paulatinamente fomos tomando consciência, a economia fechou-se consideravelmente. Um comércio exterior que, antes de 30, andava por um quarto do dividendo nacional, caiu a cerca de 5,4 por cento, em 1970, subindo discretamente para 7,1 por cento em 1980.

É de notar-se que esse fechamento de nossa economia não se deveu à iniciativa nossa. Foi o mercado mundial — na prática, o mercado dos países do chamado centro dinâmico, porque com o Terceiro e o Segundo Mundos, nosso intercâmbio foi e permanece irrelevante — que se fechou para os nossos produtos. Graças à industrialização substitutiva de importações, nosso dividendo nacional crescia a ritmos invejáveis, enquanto nossas exportações estagnavam, tanto em termos de volume físico, como por efeito do chamado agravamento dos termos do intercâmbio.

Embora, os investimentos levados a cabo, em cada uma das sucessivas vagas cíclicas, resultassem na expansão da demanda global e na diferenciação da demanda específica, reativando, assim, a demanda de importação e suscitando novo esforço de substituição de importações, devíamos perceber que a série dos ciclos dessa etiologia não tinha porque ser infinita. Chegaríamos ao estágio em que nossos "estrangulamentos", como dizíamos, ficariam concentrados nos grandes serviços de utilidade pública — precisamente um setor que, ao ter início a industrialização, não era deficitário —, o que quer dizer que, a rigor, um ciclo breve nos investimentos nesses serviços já não integra mais a série de ciclos substitutivos de importações.

Ora, aproxima-se o momento em que será mister adotar uma política seriamente orientada para uma integração maior do Brasil no complexo do mercado mundial. O movimento de substituição de importações, que trazia implícito uma variante moderna de mercantilismo, tendente para o fechamento da economia, prestou-nos relevantes serviços, mas chega ao seu termo, isto é, impõe-se uma reabertura, embora não implicando em retorno ao estado de coisas anteriores à grande depressão.

Com efeito, o mercado mundial era, para nós, sinônimo do mercado dos chamados países cêntricos, deixando virtualmente de fora a enorme parcela da humanidade que ho-

je denominamos de Segundo e Terceiro Mundos. Éramos uma formação periférica, basicamente supridora de produtos primários, essencialmente agrícolas e importadores de produtos industriais, o que correspondia a nossa estrutura da época, mas não à atual, que nos alinha entre os países de população mais urbanizada do planeta. Estamos, assim, com vistas ao futuro esquema de divisão internacional do trabalho, muito mais predispostos a participar como supridores de produtos da indústria de transformação do que de produtos primários, inclusive agrícolas.

Ocorre que, se deixarmos que as coisas corram ao Deus-dará, é para esse estado de coisas inadmissíveis que seremos levados, ou melhor, impelidos, porque se há atividades mais dependentes, nas condições contemporâneas do mundo, de tecnologia de vanguarda, fora do nosso alcance, são precisamente estas que, antigamente, eram menos dependentes nisso, isto é, a produção agrícola, mineira ou extrativista. Não devemos esquecer de que, enquanto estivemos ocupados com a industrialização substitutiva de importações, os países da vanguarda estiveram empenhados na chamada produção industrial de matérias-primas. Donde se deve inferir que nossa antiga posição estará fechada para nós, de modo que, afinal, nossos projetos de integração ou abertura não terão futuro.

Do ponto de vista institucional, nosso virtual mercantilismo traduziu-se na implantação de um complexo sistema de reserva de mercado, que ia mudando a cada novo ciclo breve, mas que chegou aos nossos dias muito eficaz. Esse aparelho permite um mínimo de planejamento do comércio exterior, o qual chegou a um resultado que, em vão, vinhamos buscando, havia muitos anos, isto é, um saldo na balança comercial potencialmente capaz de zerar nosso balanço em contas correntes, pela absorção dos encargos da dívida externa.

Em nossas condições concretas, porém, esse resultado desejável trazia consigo um grave inconveniente. Com efeito, já que a dívida está virtualmente estatizada, ao Estado incumbe mobilizar um vultoso superávit em suas contas internas, isto é, em moeda nacional, suficiente para financiar as compras do saldo em dívidas, dando a este saldo o seu destino óbvio do serviço da dívida externa. Ora, compreende-se que esse estado de coisas deixa endividado o empresário dos países cêntricos, nossos

credores, a saber: os banqueiros estão interessados em que o serviço da dívida seja feito em dia, até para que o Brasil possa qualificar-se como um bom risco para novos investimentos. Inversamente, os industriais prefeririam ver esses saldos comerciais tomarem a forma de novas importações de seus produtos.

O complexo aparelho institucional de reserva de mercado foi criado historicamente ao longo do processo de industrialização substitutiva de importações. Nada impede, porém, que o utilizemos, não mais para o objetivo mercantilista de fechamento do mercado, mas com vistas a maior integração de nossa economia na economia mundial. Ora, o mercado mundial é uma força de expressão, porque o que realmente temos é algo mais de uma centena de mercados nacionais, cada qual representando, para nós, um problema especial.

Para começar, temos países credores, cujo serviço da dívida exige que, em relação a esses países, produzamos um saldo na balança comercial com eles ou com outros países, mas expresso em moeda aceitável por eles em pagamento. O fato de ser todo o comércio mundial escriturado em dólares norte-americanos não significa que os pagamentos efetivos sejam feitos sempre nessa moeda. Numerosíssimos países agiriam energicamente no sentido da limitação de suas compras de nossos produtos, se exigissemos que nossos saldos no balanço em contas correntes com eles fossem cobertos nessa moeda.

Em suma, o objetivo de maior integração de nossa economia com a economia mundial — ou melhor, com o conjunto de economias nacionais que compõem a economia mundial —, longe de ser servido por uma abertura indiscriminada, pode revelar-se incompatível com essa abertura. Em certos casos, será mister disciplinar o intercâmbio no sentido de produzir um saldo importante na balança comercial, ao passo que, noutros, se não reservarmos mercado para os produtos do parceiro, este se fechará para os nossos produtos, em óbvio desserviço do objetivo de maior integração.

Basta observar com que energia os Estados Unidos estão atualmente, exigindo do Japão uma política conducente à abertura do mercado japonês aos produtos norte-americanos, para reduzir o saldo na balança comercial, favorável ao Japão, da ordem de 50 bilhões de dólares por ano.

□ Ignácio M. Rangel é economista